

---

MARIA IOANNIS BAGANHA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
e Centro de Estudos Sociais

## Como distinguir entre mobilização e protesto?

Entre acções portadoras de um programa  
emancipatório e as que podem disseminar práticas  
ou fomentar programas anti-cidadania?

---

193

**F**ORAM várias as propostas de práticas de cidadania activa que, nas comunicações enviadas e ao longo desta sessão, foram sendo defendidas como potenciadoras de uma cidadania mais activa e fomentadoras de uma democracia mais participativa.

O papel catalisador e mobilizador das ONG's, na reivindicação e afirmação dos direitos de 2ª a 3ª geração, foi enfatizado por vários dos intervenientes, particularmente quando estas organizações pautam a sua prática reivindicativa, como afirmou Alexandra Lopes<sup>1</sup>, por programas de emancipação, de envolvimento, de partilha, de solidariedade, de tolerância e de aceitação.

A possibilidade de reapropriação de formas tradicionais de reivindicação colectiva a nível local, como ponto de partida para a formulação de um novo paradigma emancipatório, particularmente devido à capacidade de resistência «contra a acção predadora e racionalizadora do Mercado e do Estado»,

---

<sup>1</sup> «O activismo na área da SIDA enquanto exercício de participação democrática dos cidadãos».

que este espaço tem demonstrado possuir, pode constituir hoje, conforme refere Elísio Estanque<sup>2</sup>, um *locus* potencial de desenvolvimento de acções emancipatórias. Na senda da proposta anteriormente feita por Boaventura de Sousa Santos, Estanque salienta:

Segundo Santos, apesar da enorme diversidade dos elementos constituintes da comunidade, há um ponto que lhes é comum: a sua capacidade de resistência.

«Esta proposta de combate apoiada na recuperação do princípio da comunidade só é possível com a emergência de um novo paradigma de conhecimento emancipatório orientado no sentido do cosmopolitismo contra-hegemónico e capaz de reconstruir a neocomunidade em espaços mais vastos de solidariedade.»

Mas sobre estes vários horizontes de esperança de que a crítica não esteve ausente, pairou sempre a constatação da existência de um enorme défice de cidadania activa e, conseqüentemente, de democracia participativa.

Também neste campo, foram várias as razões que foram sendo apontadas para a existência e manutenção deste défice. Permitam-me que saliente duas referidas pelos participantes nesta secção:

— a falta de estruturas para a acção colectiva que os processos de globalização promovem;

— a existência de «linguajares» mas o desaparecimento de um espaço público mediador entre o cidadão e o Estado.

Pela minha parte, gostaria de concorrer para o debate avançando duas hipóteses explicativas para o défice de cidadania activa e democracia participativa em que vivemos:

1) A minha primeira hipótese parte do pressuposto de que as atitudes e os valores de uma sociedade são parcialmente determinados pelo processo histórico específico dessa mesma sociedade. Ou seja, o facto de a Constituição de 1933 ter consagrado no seu artigo 31<sup>o</sup> a subordinação dos direitos individuais aos interesses colectivos, tal como então foram definidos pelo Estado Novo, significou que, durante mais de 40 anos, o ensino público, o discurso político e a cultura dominante difundiram e endoutrinaram um modelo de cidadania que retirou legitimidade e estigmatizou, sufocando-a, a possibilidade de desenvolvimento e enraizamento de uma

<sup>2</sup> «Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais».

cultura reivindicativa mesmo dos chamados direitos de 1ª geração.

Como se sabe, a inscrição destes direitos só veio a ser consagrada quarenta e três anos depois, com a publicação da Constituição de 1976. A adoção e absorção de novas atitudes e valores e consequentes mudanças de comportamento societal são sempre muito lentas. As vicissitudes do nosso processo histórico implicaram que a aprendizagem básica do direito de ter direitos só há muito pouco tempo se tenha iniciado na sociedade portuguesa.

Em suma, a minha primeira hipótese explicativa para o défice de cidadania activa em que vivemos pode ser resumida da seguinte forma: uma incompleta interiorização do direito de ter direitos está a bloquear a consolidação de uma cultura de cidadania activa e, logo, a impedir que discursos defensores da democracia participativa se tornem dominantes na nossa sociedade.

2) A segunda hipótese deriva parcialmente da primeira e tem a ver com o processo de reivindicação de direitos. Também aqui parto de um pressuposto que resumiria da seguinte forma: as reivindicações que se processaram na esfera pública adoptando «outside initiative strategies» — quer partam de ONG's, de «grass root movements» ou de «fazedores» de opinião — concorrem para o processo de aprendizagem e para o exercício de cidadania activa e de democracia participativa; as reivindicações que se desenvolvem dentro do próprio sistema junto dos vários agentes do poder seguindo «inside initiative strategies» fomentam, pelo contrário, práticas clientelares bloqueadoras de cidadania activa e desmotivadoras de democracia participativa.

Também aqui a organização corporativa do Estado Novo lançou raízes profundas que as mudanças verificadas ainda não conseguiram arrancar da sociedade portuguesa. O sucesso das estratégias clientelares nas reivindicações mais diversas a que quotidianamente assistimos na nossa sociedade (e que colidem com o «empowerment» do cidadão) fomenta a expansão de lógicas clientelares, processo que poderá, em última análise, levar ao predomínio de um sistema de representação corporativo que excluiria do sistema uma parte significativa dos cidadãos.

Em suma, penso existirem sintomas do peso de um discurso legitimador de lógicas corporativas que, se se vier a tornar dominante, suprimirá e substituirá necessariamente discurs-

sos emancipatórios de cariz universalizante baseados na defesa dos direitos humanos.

Estas hipóteses não são animadoras, e mais desoladoras se tornam se nos lembrarmos da actualidade das palavras de Tocqueville:

É contraditório que o povo seja ao mesmo tempo miserável e soberano.

Palavras que me suscitam uma óbvia interrogação: como é que, passado um século e meio sobre esta constatação, ainda não conseguimos devolver de facto a soberania a quem ela pertence de direito?

E a resposta para mim, como espero que para todos os presentes, é a de que não soubemos ter suficiente capacidade de indignação, talvez porque não cultivámos suficientemente o valor da utopia como fonte de energia e de inspiração do exercício da cidadania activa, embora haja sintomas de mudança, como comecei por salientar, e «novas formas de arrumar» a cabeça, como salientou Helena Roseta.

Factos, sem dúvida, encorajadores, mas claramente insuficientes. ■